

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 165

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE DEZEMBRO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 471/98.

Sala das Sessões, em 07.12. 98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 486/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 054/98 (Institui o uso obrigatório de Identificador Telemétrico de Veículos, novos veículos licenciados no Estado do Paraná, para trafegarem no seu território).

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das sessões, em 07.12.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 14, 1ª discussão, do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente

Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a aprovação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito Alexandre Puzyna, ocorrido na última sexta-feira, dia 04 de dezembro do corrente.

Requer mais: que da manifestação da Assembléia representativa do povo do Paraná, seja dado conhecimento à família do extinto nos termos abaixo.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito Alexandre Passos Puzyna, desaparecido em trágico acidente rodoviário, deixa uma lacuna nos meios políticos do Paraná e Santa Catarina. Três vezes Prefeito Municipal de sua cidade, Porto União, em Santa Catarina, foi antes Deputado Federal por dois mandatos e integrou a Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88.

Mas sua obra mais destacada para a história política do Paraná foi sua atuação pela reitengração do município limítrofe de Porto União com a região paranaense de União da Vitória, exercendo ativa liderança nesse sentido, quando presidiu a Associação dos Municípios da Região do Contestado, Norte de Santa Catarina. Nessa condição, Alexandre Puzyna dirigiu-se a Brasília, onde entregou um manifesto formal pró-reunificação ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional.

Puzyna era advogado e político militante, deixando viúva a Excelentíssima Senhora Dona Marly F. Puzyna e os filhos Alexandre e Ana Cláudia. Deixa ainda um largo círculo de amigos e admiradores de sua vocação de homem público revestido de carisma e integridade.

REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Djalma Ferreira de Mattos, ocorrido hoje, 07.12.98, no Município de Capanema.

Requer ainda, seja dado conhecimento deste requerimento aos familiares, na pessoa do Doutor Kenedy Josué Greca de Mattos, filho do extinto, à Rua Samuel César, 672, casa 10, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, o Doutor José Djalma Ferreira de Mattos, fixou residência no Município de Capanema no ano de 1961, sendo o primeiro causídico a atuar na advocacia, inicialmente tratando de assuntos ligados à questão agrária. Posteriormente, ampliando sua área de atuação, sempre desempenhando com brilhantismo e dedicação suas funções de advogado, sendo inclusive exemplo para seu filho, que igualmente seguiu carreira jurídica, sendo hoje Juiz de Direito nesta Capital.

O Doutor Djalma, que também foi um dos fundadores da Rádio Capanema, faleceu aos 67 anos de idade, deixando consternados familiares e um grande número de amigos, entre os quais este Parlamentar, que aqui presta essa última homenagem.

REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Sessão Legislativa, voto de profundo pesar pelo desaparecimento prematuro no último sábado, dia 05 de dezembro de 1998, do Engenheiro doutor Pedro Luiz Boaretto, honorável presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam científicas a família enlutada na pessoa de sua esposa, Senhora Elizabeth Kovara Boaretto, à Rua Rio de Janeiro, 1.110, Edifício Filadélfia, Ap. 12, e a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, à Av. Toledo, 247, 85801-460, ambos no Município de Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(aa) EDGAR BUENO

PAULO GORSKI

JUSTIFICATIVA:

Há certos momentos na vida em que todas as palavras se tornam insuficientes e nulas para expressar os sentimentos que nos invadem a alma.

A perda irreparável do ilustre e fidelíssimo companheiro de militância política, empresário e amigo Pedro Luiz Boaretto, em circunstâncias tão trágicas e inesperadas, nos faz pobres no verbo para externar em toda a sua extensão, o nosso indescritível pesar.

Líder por natureza, nosso companheiro marcou a sua breve passagem pela vida terrena como figura de grande destaque em todos os empreendimentos e tarefas a que se propôs, com a rara e incomum competência que lhe era peculiar.

Seu passamento deixa no espaço temporal um grande vazio que jamais será preenchido; nos corações do povo cascavelense, a dor da grande perda de um dos seus maiores e mais ilustres munícipes, verdadeiro sinuelo das causas municipais e regionais, sempre envolvido incondicionalmente nas mais nobres causas e projetos desenvolvimentistas, mas acima de tudo, um depositário fiel de grande reservas morais.

A todos que tiveram o privilégio de privar da sua amizade e do seu convívio, fica o exemplo da grande figura humana que foi Pedro Luiz Boaretto.

Aos seus familiares, aos quais nos permitimos somar pelos longos anos de convivência e amizade, indubitavelmente restará para sempre a saudade, como o legado mais acerbo da ventura extinta.

REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito de Porto União, Senhor Alexandre Puzyna, ocorrido dia 04 de dezembro/98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 63 anos, faleceu em lastimável acidente automobilístico, no km 170 da BR 476, próximo ao Município de São Mateus do Sul, o Prefeito de Porto União, Senhor Alexandre Puzyna.

O extinto deixa viúva Dona Marli Freiburger Puzyna e 02 filhos.

Alexandre Puzyna estava no seu 3º mandato de Prefeito Municipal. Foi também Deputado Federal.

O passamento do Prefeito Alexandre veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares, amigos, correligionários do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Alexandre Puzyna.

Será grande o céu, e a paz sobre Alexandre, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Senhor Alexandre, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Alexandre sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Puzyna, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná, alusivos a posse de sua nova Diretoria, gestão 1998/2001, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Gustavo Daniel Berman, através de correspondência a ser encaminhada a Rua da Glória, 175, CEP 80030-060, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de solicitação ao Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), para que proceda do estudo de viabilidade de renegociação das dívidas da empresa Montesul S/A junto à BANESTADO Leasing.

Sediado no Município de Ponta Grossa, a Montesul é uma empresa genuinamente paranaense, responsável pela geração de mais de 1.100 empregos diretos. A exemplo do que ocorre com grande parte das empresas brasileiras, a Montesul vive as dificuldades que o momento econômico propicia, já tendo reduzido seu quadro de pessoal em 350 funcionários. No último dia 5, por decisão judicial, foram confiscados 10 (dez) máquinas

estampadeiras de preparação de peças para montagem industrial, devido ao atraso de quitação de apenas uma parcela do empréstimo feito junto à BANESTADO Leasing.

Até esta data a empresa vinha trabalhando em dois turnos para honrar prazos estabelecidos em contratos com indústrias automobilísticas como a Audi (São José dos Pinhais) e General Motors (Gravataí). Destaque-se que do bom cumprimento desses contratos depende a quitação do débito da Montesul junto à BANESTADO Leasing, fato que não ocorrerá caso os equipamentos supra citados não sejam devolvidos no prazo de 24 horas.

A persistir esta situação, a empresa será obrigada a demitir os demais funcionários, o que certamente demandará problemas sociais de toda ordem, além do possível fechamento da empresa.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 502/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Jornalista Claudio Manoel Guimarães da Costa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Claudio Manoel Guimarães da Costa, nasceu no dia 03 de julho de 1953, em São Jerônimo da Serra - Paraná, sendo filho de Walter Guimarães da Costa e Terezinha Guimarães da Costa.

Formado em Comunicação Social, pela Universidade Católica do Paraná, com habilitação em Jornalismo, Relações Públicas, Propaganda e Publicidade.

Dentre as atividades profissionais, foi chefe da Assessoria de Imprensa da Secretaria do Governo do Paraná, Assessor de Imprensa e Relações Públicas da Secretaria de Educação do Paraná, chefe da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Secretaria dos Transportes do Paraná e da Secretaria de Estado da Administração, Diretor da Editora Nova Terra, editor de turismo do jornal "O Estado do Paraná", editor do suplemento "Claudio e o Estado do Paraná", entre outros.

Atualmente colunista do Jornal "O Estado do Paraná", Diretor Presidente da CMC Marketing e

Comunicação Social Ltda. e editor e Diretor do Enjoy Aruba.

Recebeu inúmeras homenagens: Colunista do Ano de 1982, 1983, 1984, 1986, Medalha da Cidade de Curitiba, em 1984, Jornalista do Ano de 1987, voto de congratulações pelos 25 anos de jornalismo - Câmara Municipal de Curitiba, em 1998.

PROJETO DE LEI Nº 503/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurada a prorrogação do Termo de Compromisso Mútuos firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta, para que não haja interrupção das atividades escolares daquela unidade escolar

Parágrafo Único. O prazo de prorrogação do referido Termo de Compromisso Mútuos cessará quando a Secretaria de Estado da Educação instalar uma unidade escolar, nas imediações, para atender os educandos do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré Escolar Padre José Anchieta é uma dessas entidades maravilhosas que engrandecem a cidadania brasileira.

Em 1992 ela assinou com a Secretaria de Estado da Educação um Termo de Compromisso Mútuos para assegurar a continuidade dos trabalhos escolares do Centro de Educação, se comprometendo a arcar com as despesas de aluguel de 04 casas, luz, água, telefone, máquina de xerox, material de contador, material de escritório, aquisição de livros e brinquedos pedagógicos e a manutenção dos prédios. Além dos salários de estagiários e contador.

A Secretaria de Estado e Educação se comprometeu, além dos materiais didáticos e de consumo, a suprir a pré-escola com os professores necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Esse compromisso firmado desde 1991, veio contemplar os anseios da comunidade, no sentido de propiciar uma educação mais efetiva às crianças. Todavia, apesar do êxito obtido até o momento, a

SEED vem criando sérios obstáculos à renovação e/ou continuidade do compromisso mútuos.

Neste sentido, solicitamos o apoio dos Nobres Pares à aprovação do referido Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 504/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogadas, a partir de 1º de janeiro de 1999, os efeitos da Lei nº 12.323, de 15 de setembro de 1998, que destinou recursos à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Art. 2º - A partir de 2000, os recursos previstos no "caput" do art. 1º desta lei, obedecerão o estipulado na Lei nº 11.091, de 16 de maio de 1995.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande sucesso da programação da Secretaria de Esporte e Turismo no corrente ano, estamos apresentando o projeto de lei em tela, que proporcionará àquela secretaria recursos para o prosseguimento de suas vitoriosas atividades.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 505/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta tem por finalidade primordial manter o Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta, conforme o acordo firmado com a Secretaria de Educação e o IPE.

A Associação, além do manter do Centro de Educação, promove o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, contribui para melhoria, conservação das dependências da escola, com o objetivo de proporcionar um ensino digno aos educandos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 506/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Carentes de Terra Rica - ASPECTER, com sede e foro no Município de Terra Rica.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Pessoas Carentes de Terra Rica tem por finalidade colaborar na assistência e ajuda às pessoas carentes do Município de Terra Rica.

Fundada em 23 de maio de 1997, a associação tem, durante todos esses anos, contribuído com a comunidade para a resolução dos problemas inerentes às camadas sociais menos abastadas.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de sábado, toda a população de Ponta Grossa foi surpreendida por um ato que nos chocou a todos, principalmente quando vivemos num governo que tem apoiado, incentivado grandes empresas, principalmente empresas multinacionais, com grandes incetivos.

E no sábado à tarde, oficiais de justiça foram até a empresa Montesul, uma empresa de montagem industrial em Ponta Grossa, que gerava no começo do ano mais de 1.100 empregos, e já havia demitido 350 trabalhadores esse ano, por dificuldades financeiras, apesar de reuniões que fizemos

com a Prefeitura, Secretaria de Indústria e Comércio, Secretários de Estado, a empresa continuava nesse processo de dificuldades, e no sábado oficiais de justiça foram até a empresa, que trabalhava em dois turnos, para contrato com outras empresas, e retiraram 10 máquinas estampadeiras da empresa. Máquinas que preparam material para montagem industrial.

A MONTESUL tem contrato com três empresas, com a Audi, aqui no Paraná, com a GM, em Santa Catarina e com outras empresas. Estava trabalhando em dois turnos para cumprir o prazo dos contratos para não perder mais esses recursos com essas empresas.

E numa atitude de total insensibilidade com os problemas da MONTESUL, oficiais de justiça, cumprindo ordem judicial, retiraram 10 máquinas, houve tentativa dos empresários, operários do sindicato de impedir que tal coisa acontecesse, mas infelizmente isso aconteceu, e se providências imediatas e urgentes não forem tomadas, a MONTESUL vai demitir os outros 750 trabalhadores que restam, e irá à falência completa e total.

Tentamos durante o começo do ano, em reuniões na Prefeitura, com o Deputado Plauto, Deputado Luiz Carlos Zuk, Secretários de Estado, uma solução para a empresa, mas a insensibilidade do governo foi total, chegando a esse ponto que chegamos, trazendo um grande constrangimento para a comunidade de Ponta Grossa.

A MONTESUL deve ao BANESTADO Leasing, 1 milhão de reais, prestações da ordem de 100 mil reais por mês, e as máquinas foram retiradas por oficiais de justiça, porque a empresa estava atrasada uma prestação de 100 mil reais.

Falei agora com um dos donos da empresa, é uma empresa familiar, são vários irmãos, uma empresa que cresceu ao longo do tempo, começou com uma pequena empresa até se transformar numa empresa com mais de 1.100 empregos, e ele me relatou que os outros sócios estavam em contacto com o governo, tentando falar com o Governador Jaime Lerner, não sei se o Deputado Plauto podia me esclarecer, talvez saiba alguma novidade a mais para tentar uma solução.

Mas, queremos fazer desta tribuna, um apelo ao Governador do Estado, a Diretoria do BANESTADO. Estamos, inclusive, entrando com um requerimento que será lido logo a seguir pela Mesa da Casa, espero que aprovado esta tarde, para que providências imediatas sejam tomadas.

Um dos donos da empresa me disse: "Se as máquinas não voltarem à empresa hoje ainda, ela não conseguirá cumprir os prazos com a AUDI e a GM e terá perdido o contrato".

São justamente esses contratos que vão permitir a MONTESUL pagar essa prestação de 100 mil

reais ao BANESTADO, continuar quitando seus débitos, e continuar existindo, saindo da sua crise e gerando quase 1000 empregos na Cidade de Ponta Grossa.

Por isso, estamos aqui nesta tribuna fazendo um apelo à Liderança do Governo, do Estado, à Direção do BANESTADO, para que urgentemente seja encontrado uma solução para a MONTESUL.

Durante todo o nosso primeiro mandato, discutimos aqui projetos de lei, criamos a Paraná Desenvolvimento, Paraná-Investimento, e questionamos o fato do governador que tem dado recurso, tantos incentivos para grupos planetários, muito ricos, os mais ricos do planeta, virem se estabelecer aqui no Paraná, não tenha dado um incentivo sequer e não tenha a sensibilidade necessária para salvar uma empresa como a Montesul que gera tantos empregos para Ponta Grossa.

Por isso, deixamos aqui o nosso apelo e esperamos a compreensão de todos os Deputados, não só os de Ponta Grossa que já estão unidos a nós nessa luta, mas também da Liderança do Governo e de toda essa Assembléia Legislativa, do Governo do Paraná e da Diretoria do BANESTADO.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a tribuna, hoje, é um fato ocorrido na sexta-feira, mais concretamente no sábado.

Em Curitiba circula um jornal chamado de Jornal Impacto, este jornal tem distribuição e circulação gratuita na nossa cidade e em algumas outras cidades do Estado do Paraná. E esse jornal vem fazendo uma cobertura das declarações de prestação de contas das campanhas de Governador, Senador, Deputados Estaduais e Federais. O jornal de sábado traz matéria na capa e traz uma matéria extensa a respeito da prestação de contas de três Deputados: Deputado eleito e vice-Prefeito Algaci Túlio; Deputado Rubens e Deputado Ângelo Vanhoni.

A minha declaração de prestação de contas, nessa campanha, que foi enviada ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Partido dos Trabalhadores, consta da contribuição financeira de algumas empresas, uma empresa de transporte coletivo, que atua na Cidade de Campo Largo, Paranaguá e Região Metropolitana de Curitiba, que, se não me falha a memória, contribuiu com quatro mil e oitocentos reais, uma outra empresa que um dos sócios-proprietários, foi

diretor do Banco do Estado em 84, quando entrei no Banco do Estado, conhecido meu, amigo pessoal e contribuiu com a campanha na ordem, com valor, se não me engano, de dez mil reais e a outra empresa chamada INEPAR, que todos os senhores conhecem, que é uma empresa da Cidade Industrial, tem relações com o Governo do Estado, contribuiu com 30 mil reais. Essas contribuições de empresas e de pessoas físicas foram discriminadas por mim, tal qual foram recebidas. E o Jornal Impacto, na sua matéria, faz algumas ilações, absolutamente, que comprometem a minha honra e a minha dignidade.

Subo a tribuna hoje para noticiar aos meus colegas aqui do Poder Legislativo de que, estou entrando com um processo, na justiça, por difamação e injúria, por parte desse jornal. Se eu quisesse, se a minha postura política, se aquilo que acredito tivesse qualquer possibilidade de ser tergiversado, teria estabelecido com qualquer uma dessas empresas que se dispuseram a contribuir na minha campanha que são razões pessoais de forma outra, que não a transparente, como manda o Tribunal Regional Eleitoral e como manda a postura do meu Partido.

Não só os meus colegas de mandato, do meu partido, mas o conjunto da Assembléia Legislativa sabe que qualquer arranhecimento, de qualquer relação, de qualquer empresa com o governo do estado, o qual critico, e que estabelece, a partir do governo do estado, uma relação promíscua com diversas empresas no Estado do Paraná que dão margem a suspeição de toda ordem, por mim aqui na Assembléia Legislativa não teve um momento aonde não me coloquei absolutamente contra a possibilidade de que qualquer atitude por parte do governo fosse passível de ser questionada do ponto de vista da conduta que deve ter o homem público perante a população, no que diz respeito à condução dos negócios públicos.

Então, quero dizer aos Senhores, que me senti profundamente ofendido na minha dignidade pessoal, na minha dignidade política e estou entrando na justiça para cobrar dos proprietários deste jornal e injúria e calúnia que foram levantadas.

Fazem a suspeição que, por ter recebido recursos para a minha campanha para Deputado Estadual, da INEPAR, que foram na ordem de trinta mil reais, que estivesse abandonando o Partido dos Trabalhadores e entrando no Partido da Situação e mais do que isso, que estivesse aqui na Assembléia Legislativa, favorecendo interesses de tais empresas.

Isto não corresponde a verdade, não corresponde com a minha conduta enquanto representante popular, como membro do Partido dos Trabalhadores, na cobrança daquilo que deve ser

feito pelo governo do estado e pela conduta dos empresários do Estado do Paraná.

Então, venho à tribuna para noticiar aos Senhores Deputados que, a partir de amanhã estou ingressando no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com uma ação de reparação de danos morais contra o Jornal Impacto.

Espero, pode demorar um mês, dois meses, dezoito meses, mas espero receber e vou cobrar em dinheiro aquilo que é devido para reparar a honra e a credibilidade deste Deputado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PTB, PPB, PT, PFL (**Declinam**)

Com a palavra a Liderança do PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Gostaria de fazer uma saudação especial ao líder do Governo Deputado Valdir Rossoni, pela deferência de, nesta tarde, estar ocupando uma das cadeiras pertencentes à Bancada da Oposição. Certamente este é bom sinal, senão para hoje, mas para o futuro do Paraná.

Senhor Presidente! A razão de ocuparmos a tribuna é para, nesta tarde em que vamos discutir e votar pela 3ª vez o Projeto 471/98 que trata da autorização que esta Assembléia Legislativa está dando ao Governo para reestruturar societariamente a Companhia de Energia - COPEL, e também, em um dos seus artigos, autoriza o Poder Executivo a contratar uma operação de dois bilhões de reais, para que fique mais uma vez patenteado, para que fique mais uma vez registrado nos anais da Assembléia Legislativa e nas páginas dos jornais do nosso Estado, que fazem, através dos seus representantes do Comitê de Imprensa, a cobertura dos trabalhos desta Casa, a nossa posição contrária a desestruturação da COPEL.

Digo que não é estruturação, como pede o artigo 1º desta Lei porque, o próprio Presidente da COPEL, na última quinta-feira quando aqui veio, e cuja passagem por aqui foi enaltecida e cantada em verso e prosa pelo Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, que disse que a vinda de Ingo Hubert à Assembléia foi das mais produtivas, das mais eficientes porque prestou importantes e valiosos esclarecimentos.

Repriso aqui a indagação que fiz ao Presidente da COPEL, naquela oportunidade, por conta justamente do artigo 1º da Mensagem do Projeto, e agora do substitutivo, indagamos naquela oportunidade ao presidente Ingo de como ficaria a COPEL posteriormente a esta reestruturação soci-

etária, se ficaria constituída de três empresas: Copel Geração, Copel Transmissão, Copel Distribuição. Se a essas três seriam acrescidas à Copel Informática, à Copel Telefonia, Copel Gás, Copel Ciência e Tecnologia, através do laboratório que a mesma possui junto à Universidade Federal do Paraná,; se outras empresas seriam constituídas, se cada uma das termoeletricas de propriedade da COPEL se constituiria numa empresa, na COPEL Termoeletrica. Se a Usina de Marumbi, seria constituída numa outra empresa, se a Forcel lá da região Oeste, Sudoeste do Paraná que foi recentemente adquirida pela Copel, se constituiria numa outra empresa. E naquela oportunidade o Presidente, com toda a veemência mencionada pelo Líder Valdir Rossoni, disse a todos nós que não sabia como ficaria a Copel depois dessa reestruturação societária.

Se não sabe como ficará a COPEL na reestruturação societária, muito menos haverá de saber como ficará a Copel nessa destruturação, nesse desmanche verdadeiro que faz o Governo do Estado das empresas públicas paranaenses.

É sempre bom lembrar que o Paraná nesse Governo, em apenas quatro anos de Governo acumulou uma dívida superior a oito bilhões de reais, representadas por aquelas que já constam de seus balancetes e que elevou a dívida interna, externa e a dívida flutuante do Estado do Paraná de um bilhão e quatrocentos, que era o valor devido quando o PMDB entregou o Governo em 31 de dezembro de 1994, para três bilhões e quatrocentos ao final de dezembro de 1997.

Quanto será esse valor em 31 de dezembro de 1998?

Com os três, setecentos e cinquenta bilhões do Banestado, com mais dois bilhões que estamos nessa Casa assistindo a aprovação, mais aquilo que já se deve, certamente o Paraná passará de dez bilhões de dívidas, e nós não assistimos neste Estado uma transformação maior, uma obra rodoviária maior, uma obra ferroviária maior, uma obra portuária maior, uma obra na agricultura maior que pudesse justificar nesse governo, quais foram reconstruídas? Eu posso dizer daquelas que nada se fez e que se encontram esburacadas, pego o exemplo da rodovia que liga Campo Mourão a Pitanga está toda esburacada pega o trecho que liga Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Reserva, Posto Paripá, no trecho Rio Ivaí-Cândido de Abreu, Reserva e Posto Paripá, está totalmente esburacada, pega a estrada que liga São Pedro do Ivaí, Distrito Mariza e També, toda ela esburacada tendo sido necessário que a destilaria de álcool e açúcar da região patrulhasse a rodovia para que ela tivesse o mínimo de condição de tráfego. E todas essas rodovias são Estaduais que tinham programação de serem reconstruídas com recursos inclusive do Programa BID-4 para ser recons-truída.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, faço por derradeiro esse apelo aos Senhores Deputados para que não venhamos a nos arrepender no futuro, que não votemos favoravelmente a esse reestruturação da Copel porque não sabemos como ficará, e sequer o Presidente da COPEL sabe como ficará a COPEL após essa reestruturação; que não aprovemos esses dois bilhões porque o próprio Governo diz que precisa de qualquer coisa ao redor de quinhentos milhões de reais para pagar a folha e o décimo terceiro salário.

Nós estamos nesse momento, se aprovarmos essa proposta, endividando ainda mais o Paraná e exterminando com uma das mais importantes empresas desse País e do mundo, que é a Companhia de Energia, a COPEL, do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

PSDB; PDT; Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 471/98. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Deputado Poder Executivo - Mensagem nº 052, que objetiva promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante a constituição de subsidiárias integrais voltadas ao atendimento das atividades que constituem o objeto daquela empresa, bem como promover a

alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de energia - COPEL, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Com os votos contrários dos Deputados: Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Paulo Gorski, Luiz Claudio Romanelli, Renato Adur e Antonio Annibelli, da Bancada do PMDB e do PT.

O projeto irá à Redação Final na sessão de amanhã.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 299/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Paranaense de Acreditação em Serviços de Saúde, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 444/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Projeto Gente de Quedas do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 10.11.98)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 446/98, de autoria do Deputado Miltinho Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mauá da Serra. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 10.11.98)**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara

de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos de Medianeira. Com sede e foro na Cidade de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia. Com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul do Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 8.793, que declarou de Utilidade Pública a Associação Rural Re- criativa de Barbosa Ferraz. COM

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.
(Publ. no D.A. nº 127, de 07.10.98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 394/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a Lei nº 8.793, que declarou de Utilidade Pública a Associação Rural Recreativa de Barbosa Ferraz.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública o CMTI - Clube da Média e Terceira Idade. Com sede e foro na Cidade de Chopinzinho. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 136, de 26.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 424/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube da Média e Terceira Idade, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que extingue e cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

PROJETO DE LEI Nº 459/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam extintos da estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (18) dezoito cargos de Técnico Judiciário do Grupo Ocupacional Intermediário.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (32) trinta e dois cargos de Oficial de Gabinete de Desembargadores, simbologia 1-C, sendo os mesmos de provimento em comissão, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.11.98.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei objetiva criar 32 cargos de Oficial de Gabinete, simbologia 1-C, para atender aos Gabinetes dos Desembargadores. A criação destes cargos será no sentido de auxiliar na administração dos citados gabinetes que atendem uma acentuada demanda recursal.

Informando que a proposta não implicará em aumento de despesa, conforme demonstrado abaixo:

OFICIAL DE GABINETE 1-C

Criação de 32 cargos X R\$535,95 = R\$17.150,40

TÉCNICO JUDICIÁRIO DO QUADRO DA SECRETARIA

Extinção de 18 cargos X R\$994,02 = R\$17.892,36

Informando ainda que os cargos a serem extintos encontram-se vagos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 459/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo, extinguir e criar cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.98.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

Sobre o referido, projeto requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 459/98.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Município de São João do Triunfo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149, de 18.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 464/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João do Triunfo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 464/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de

Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, no Município de Grandes Rios. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149, de 18.11.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 465/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Grandes Rios.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 465/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/98, de autoria do Tribunal de Justiça, que suprime a alínea B do inciso V do Art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 489/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suprimida a alínea b do inciso V do Art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980

(Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo legal, cuja supressão ora se propõe, estabelece competir, privativamente, ao Órgão Especial deste Tribunal, processar e julgar “os conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada”.

No entanto, o Superior Tribunal já assentou, por intermédio da Súmula nº 22, que “Não há conflito de competência entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada do mesmo Estado-membro”.

Essa, aliás, a orientação que vinha sendo perfilada pelo Supremo Tribunal Federal, ao tempo da vigência da Constituição anterior (v.RTJ 90/25, 90/435, 94/91).

Parecer de inteira pertinência a observação feita pelo Procurador da República Cláudio Lemos Fonteles, em parecer emitido em conflito de jurisdição suscitado pelo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo com o Tribunal de Justiça do mesmo Estado, à época em que vigia a Carta Constitucional de 1969 (conflito esse levado à apreciação da Corte Magna):

“Assim, a alínea a, do § 1º, do artigo 144, da Constituição Federal, verbis”:

“§1º - A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça:

a) Tribunais inferiores de segunda instância, observados os requisitos previstos na lei orgânica da Magistratura Nacional” (grifamos).

“Nada mais é preciso mencionar”.

“Como justificar-se, à luz do citado comando constitucional irresigne-se colegiado de Alçada contra deliberação do Tribunal de Justiça, ambos do mesmo âmbito jurisprudencial?”

“Permiti-lo seria consagrar a conturbação na sistemática dos órgãos jurisdicionais, constitucionalmente estabelecida...” (in RTJ 90/436).

Note-se que a situação perdura ante a Constituição Federal de 1988, segundo a qual a Lei Organização Judiciária continua sendo de iniciativa do Tribunal de Justiça (art. 125, § 1º).

Em excelente voto proferido no conflito de competência nº 1.364, de São Paulo, já vigente a atual Lei Fundamental, o Ministro Eduardo Ribeiro bem abordou o assunto, especialmente neste trecho:

“Não se discute que ao Tribunal de Justiça não cabe rever, jurisdicionalmente, as decisões dos Tribunais de Alçada. Daí não se segue, como observou o Ministro Luiz Galloti, inexistir hierarquia. A Justiça do Estado tem, como órgão de cúpula, um

Tribunal de Justiça, e tantos de Alçada quanto se entender conveniente, e que são qualificados, pela própria Constituição, as anteriores e a atual, como tribunais inferiores (art. 96, item II, letras a, b e c). Quando se cogita de alterar o número de membros, fixar vencimentos ou até mesmo criar ou extinguir Tribunais de Alçada, a iniciativa é privada do Tribunal de Justiça. O acesso do Alçada para o Tribunal de Justiça considera-se promoção (art. 93, III, da Constituição). Os tribunais de Alçada não têm, poder disciplinar sobre os Juizes. Os diversos acórdãos do Supremo Tribunal Federal mostram que, embora o Tribunal da Alçada não tenha suas decisões sujeitas à revisão do Tribunal de Justiça, há entre eles uma hierarquia e, compondo a Justiça do mesmo Estado, cabe ao Tribunal de Alçada observar aquilo que foi decidido pelo Tribunal de Justiça, em matéria de competência”. (in Revista do Superior Tribunal de Justiça, nº 33, maio de 1992, p.41).

Em verdade, na hipótese de entendimento divergente entre os dois Tribunais, há de prevalecer, sempre, em matéria de competência a decisão do Tribunal de Justiça, seja por seu Órgão Especial, seja por Grupo de Câmaras ou por Câmara Isolada.

Claro que não há garantia de que uma decisão sobre competência, v.g., duma Câmara Isolada do Tribunal de Justiça, seja a correta, em confronto com outra, duma Câmara Isolada (ou dum Grupo de Câmaras) do Tribunal da Alçada sobre a mesma matéria. Todavia, o erro poderá ocorrer, malgrado a “dúvida” venha a ser resolvida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. No particular, eventuais desacertos deste Pretório, quer do Órgão Especial, quer de Grupo de Câmaras, quer de Câmaras Isoladas poderão ser corrigidos por intermédio de recursos aos Tribunais Superiores.

Finalmente, a possibilidade de se levantarem “conflitos de competência entre os órgãos do Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada” dá ensejo à postergação do julgamento de causas da maior importância, observando-se que a solução do “conflito” tarda, no mínimo, seis meses, sendo, não obstante, de frisar que já se observaram vários “conflitos” cuja decisão adia por mais de ano o julgamento daquelas causas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 489/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, que tem por objetivo, suprimir a alínea b do inciso V do Art. 16 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada

encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1997, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2012, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1999, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2000, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2002, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2004, de autoria dos Srs. Deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2010, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1994, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. ou o autor do requerimento pudesse fazer uma explanação um pouco mais abrangente sobre o conteúdo desse requerimento porque confesso a V.Exa. não tenho juízo formado a respeito do assunto para decidir se voto a favor ou contra.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Perfeitamente. Passa a ler o inteiro teor do requerimento do Deputado Péricles Mello.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimento nº 2011, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1985, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Verificação de votação. Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Três Deputados Aprovam. **Rejeitado.**

Com voto favorável do Deputado Orlando Pessuti.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 132, 479/97, 104, 366 e 452/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 08, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 346 e 373/98

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 173, 324 e 419/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 394, 424, 464, 465 e 489/98

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/98

I - exonerar, a pedido, RICARDO SAIS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, ROSANA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e

Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/98

I - exonerar, a pedido, ANA PEREIRA NEWES, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, LAURA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de novembro de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/98

I - exonerar, a pedido, TATIANA ANDREZA DUMONT, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, MARLENI MARIA WANDRESEN VENTURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de novembro de 1998.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/98

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do imposto de renda na fonte, dos proventos de inatividade de ANTONIO CECY, mat. nº 60, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal de nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e conforme o inciso XXVII, do art. 40 do regulamento do imposto de renda contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º do artigo 30 da citada Lei Federal de nº 9.250/95.

(Prot. nº 985/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 252/98

conceder, a IRENI ALVES DE LIMA, matrícula nº 40750, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, prestando serviços na Coordenação de Serviço Médico, licença especial de três (03) meses, nos termos do parágrafo único do art. 247, Lei de nº 6.174/70, em virtude, de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 9006/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/98

conceder, a IVETE ANA BONATO FRUET, viúva do ex-Deputado Estadual MAURÍCIO FRUET, falecido em 31 de agosto de 1998, pensão mensal, de acordo com o art. 1º da Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, e art. 1º da Resolução nº 045/90, de 26 de fevereiro de 1990.

(Prot. nº 9740/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 254/98

I - exonerar, a pedido, MARGARETH PARAMUSTCHAK GRUSKA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, PAULINA KEMPINSKI JUROSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nºs 9833 e 9861/98)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.11.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 255/98

I - exonerar, a pedido, GENIVAL JOÃO DE BARROS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, ELIZABETE CARLOS SCHLEIDER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 9983/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 256/98

I - exonerar, a pedido, DANIELA MYASAVA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, CINTIA REGIINA MYASAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de novembro de 1998;

(Prot. nº 9891/98)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/98

I - exonerar, a pedido, STANLEY CÂNDIDO FERNANDES ALVES, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, STANLEY CÂNDIDO FERNANDES ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

III - prover, JUCÉLIA PAVELICKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabi-

nete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

IV - exonerar, a pedido, MARIA DA GLÓRIA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

V - exonerar, a pedido, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

VI - prover, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998;

VII - prover, DYOGENES HERYTON DA ROCHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Sâmis da Silva, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 10018/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.11.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/98

I - exonerar, a pedido, LUCIMAR RICARDO DE OLIVERIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, KARIN LALINI DUARTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 10051/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.11.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/98

I - exonerar, a pedido, JAKELINE BATTISTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover MARCOS RODRIGO MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 10207/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.11.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/98

I - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA SIMÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - exonerar, a pedido, ANTÔNIO NARCISO PIRES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, sím-

bolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de novembro de 1998;

III - exonerar, a pedido, IDENILZA DE FÁTIMA BORGES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de novembro de 1998;

IV - prover, IDENIZA DE FÁTIMA BORGES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de novembro de 1998.

V - prover, VIVIANI FÁTIMA BORTOLON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nºs 10311 e 10321/98)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.11.98.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/998

I - exonerar, a pedido, ERNANI FAVARO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, JANE APARECIDA DO AMARAL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 10347).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/98

I - exonerar, a pedido, RENATA APARECIDA PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo IGP-2, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - prover, AMÉLIO DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-2, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot. nº 10354).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 263/98

I - exonerar, a pedido, NILDA TEREZINHA MICHAEL, do cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de novembro de 1998;

II - exonerar, a pedido, ACIR MAIER LOPES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de novembro de 1998;

III - prover, NILDA TEREZINHA MICHAEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de

novembro de 1998, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, NATALINA SPADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo IGP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de novembro de 1998.

(Prot.nº 10355)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/98

conceder, a HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA, matrícula nº 40.586, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Advogada, nível E-07, e prestando serviços no Gabinete da Procuradoria Geral, a partir de 01 de fevereiro de 1999, licença especial de três (3) meses, nos termos do parágrafo único do art. 247, da Lei nº 6174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio

compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. 9467/98, de 19.10.98).

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.11.98.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 89/98

conceder, licença a servidora ELZICLER ARAÚJO, funcionária deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias, a partir de 03/11/98 a 02/04/98, por motivo de saúde.

(C.I.D.) 650-A

(Prot. nº 10.364/98)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.11.98

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral